

**HABEAS CORPUS Nº 514.965 - MG (2019/0166699-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : MAICON HENRIQUE SILVA BATISTA  
**ADVOGADO** : MAICON HENRIQUE SILVA BATISTA - MG174810  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MARCUS VINICIUS MARQUES SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCUS VINÍCIUS MARQUES SANTOS – preso preventivamente, em 12/12/2018, e denunciado pela suposta prática do delito previsto no artigo 147, *caput*, e artigo 129, § 9º, ambos do Código Penal e artigo 21 da LCP, ambos no contexto da Lei n. 11.340/2006 - contra decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.060730-9/000).

Segundo consta dos autos, o paciente, supostamente, teria levado a vítima, sua companheira, para um canavial, onde a espancou de forma brutal, sendo que, na mesma ocasião, usando um facão, a ameaçou de morte e, ao voltarem para a residência do casal, as agressões teriam continuado.

Na impetração original, a defesa alegou, em síntese, o constrangimento ilegal sofrido pelo paciente em virtude do excesso de prazo na formação da culpa, alegando que o Magistrado de primeiro grau, por ocasião da apresentação de alegações finais pelas partes, converteu o feito novamente em diligência, a fim de realizar novo exame pericial na vítima.

O Relator da ação na origem, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 206/207).

Na presente oportunidade, a defesa reafirma a tese de excesso de prazo, afirmando que *o Magistrado, em manifesta violação ao sistema acusatório, utiliza-se de arbitrariedade e abuso de poder para, mesmo depois de apresentadas as alegações finais pelas partes (acusação e defesa), determinar, ao seu bel prazer, a realização de (nova) perícia na vítima das*

*supostas agressões (e-STJ fl. 5).*

Afirma, ainda, que *estamos lidando com a vida e com a liberdade de um jovem motorista de transporte escolar infantil, de apenas 29 (vinte e nove) anos de idade, o qual, inclusive, não possui contra si qualquer registro criminal/policial (vide CAC e FAC), não oferecendo, por esses e outros tantos motivos, qualquer risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal, havendo, ainda, evidente excesso na manutenção de sua prisão (e-STJ fl. 10).*

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, tudo com superação do Enunciado n. 691 do STF.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Ao que parece, ao converter o feito em diligência, o Juízo de primeiro grau levou em consideração a necessidade de atestar de forma clara as consequências físicas advindas pela suposta agressão causada pelo paciente. Veja-se teor (e-STJ fl.205 grifei):

*Vistos, etc..*

*Considerando o depoimento da vítima, o qual foi gravado via sistema audiovisual, verifico a necessidade de averiguação da extensão das lesões causadas na vítima, assim BAIXO O FEITO EM DILIGÊNCIA.*

*Expeça-se Carta Precatória para a Comarca de Lagoa da Prata/MG, solicitando a realização de perícia na vítima, já que esta narra que até a data de hoje sofre consequências das agressões sofridas, na região do crânio, especialmente na região dos ouvidos.*

*Intime-se as partes, para apresentarem quesitos, no prazo de 5 dias.*

*Formulo os quesitos do juízo, tais como:*

*- Houve ofensa à integridade corporal ou à saúde do paciente?*

*( Resposta especificada)*

*- Da ofensa resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias?*

*- Da ofensa resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente ou por mais de 30 dias?*

*( Resposta especificada)*

*Com relação ao fato de que a vítima informou que o acusado teria obrigada a mesma a manter relações sexuais, extrai-se cópia integral dos autos, bem como cópia da mídia do depoimento da vítima, e remetam-se ao Parquet, para possível apuração de outros delitos.*

Assim, o Relator da ação originária entendeu não haver flagrante ilegalidade a justificar o deferimento da medida emergencial.

É certo que eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional

Portanto, não se verifica ilegalidade manifesta na decisão que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

